O DIREITO AO VOTO FEMENINO NO SECULO XIX NO BRASIL

ADELMA DOMICIANO MOREIRA DE SOUZA

RESUMO
O direito ao voto é um dos direitos mais importantes das democracias indiretas, uma vez que permite que as pessoas possam exercer a sua cidadania e tomar parte do processo político, elegendo seus representantes na política ou se candidatando aos cargos políticos disponíveis. No entanto, durante muito tempo, uma série de grupos presentes na sociedade brasileira não tinha acesso a esse direito e, portanto, não exercia a sua cidadania.
Um desses grupos eram as mulheres. O voto feminino só foi possível no mundo ocidental graças à muita luta das mulheres pela conquista desse direito. Não foi diferente aqui no Brasil, e mulheres de diferentes classes sociais, movidas pelos desejos de equiparação de direitos, esforçaram-se para conquistar espaço na política.
A luta das mulheres pelo direito de votar despontou no Brasil no final do século XIX. No ano de 1880, a Lei Saraiva foi promulgada, trazendo grandes modificações para o sistema eleitoral do Brasil. Essa lei permitia que todo brasileiro com título científico pudesse votar e, aproveitando-se disso, a cientista Isabel de Souza Mattos exigiu na Justiça o direito ao voto."

Palavras- chaves: voto; mulheres; luta; direito

INTRODUÇÃO

O Brasil foi um dos primeiros países da América Latina a reconhecer o direito ao voto feminino. Ainda assim, muito tempo, muitas lutas e debates foram necessários para que tal direito, que deveria ser naturalmente exercido, pudesse ser de fato concedido. No final do século XIX eram claras determinadas atitudes que destinavam as mulheres ao poder privado, familiar e materno, enquanto os homens atuavam na esfera pública. Assim, a figura de mãe sufocava todas as outras possibilidades femininas, associando a mulher à mãe redentora, protetora da sociedade. Com isso, seu papel na vida política era cada vez mais visto como um perigo para a família, o que justificava as atitudes dominadoras de afastamento.
No Brasil, no final do século XIX, muitas manifestações individuais de mulheres surgiram pelo direito ao voto, mas foi no século XX que as mulheres se organizaram em movimentos, com a criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), dentre outras organizações. Contudo, os poucos dados históricos sobre o movimento sufragista no país fazem com que muitos creditem a concessão do direito ao voto feminino ao governo de Getúlio Vargas, e não o resultado de anos de lutas de mulheres e homens, o que diminui a memória coletiva.
As muitas mulheres que se levantaram e fizeram parte do movimento sufragista eram oriundas da pequena e média burguesia. Nessa época, o percentual de mulheres alfabetizadas era muito pequeno, já que o analfabetismo era símbolo de nobreza e virtude para as mulheres.
A pesquisa mostra, nesse estudo, como a mulher foi construída ao longo dos anos como figura frágil, sem inteligência, sem capacidade para a vida política, por isso a total anulação de sua participação. Muitas dessas regras culturais foram construídas a partir da questão da anatomia feminina, fazendo com que a memória construísse a identidade individual e coletiva das mulheres, utilizando o discurso da inferioridade feminina. Para Scaffo (2013, p. 29), existe um processo de autodestruição da memória feminina por concepções sobre o seu papel social: “pelo obscurantismo em que permaneceu, salvo raras exceções, um vácuo foi formado na história das mulheres, o que favoreceu a concepção de inferioridade em relação ao homem no que tange aos registros mnêmicos coletivos sobre suas realizações”.
Mulheres que contribuíram para a quebra do paradigma da dominação masculina no Brasil

de 1830:

A conquista do direito de votar e ser votada em 1934 as produções acadêmicas e científicas no século XIX, de certo modo, acentuaram e legitimaram os critérios acerca de uma divisão clara dos sexos, em que cada um tem a sua função, seu papel, suas tarefas e seus espaços. Como visto na seção anterior, exaustivamente, o lugar destinado às mulheres, no contexto do século XIX, era o lar, o ambiente familiar, onde a mulher deveria cuidar dos filhos e educá-los, sendo essencial à conservação das famílias e, assim, da sociedade, pois difundia-se a crença de que as mulheres não tinham capacidade física e nem dotação mental para a vida política, conforme elucida Perrot:

A ação das mulheres no século XIX constitui sobretudo em ordenar o poder privado, familiar e materno, a que eram destinadas. Bonnie Smith mostra como as burguesas do Norte da França, excluídas, depois de 1860, da gestão dos negócios a que até então estavam associadas, retiradas de suas belas casas doravante afastadas do perímetro da fábrica, administra seus interiores, a numerosa família, a criadagem, edificando uma moral doméstica coerente, que dá sentido às suas menores ações. A fé contra a razão, a caridade contra o capitalismo e a reprodução como justificativa fundamental constituem eixos principais dessa moral (PERROT, 2017, p. 189).

A imposição feita às mulheres, pelo clero católico, de resguardo, caracteriza a mulher como responsável pela tentação e pelo pecado, devendo não se expor para não enfraquecer o homem. Uma demonstração de medo, daí a tentativa reiterada de fazer a mulher se sentir menor, dependente. A própria consciência da opressão que sofriam, fez com que as mulheres começassem a se afirmar em palavras e gestos, mas não aqueles impostos a estas, e sim, gestos libertacionários e reivindicatórios, ainda que de forma lenta e com recuos forçados. Dentre essas mulheres, está Dionísia Gonçalves Pinto, mais conhecida como Nísia Floresta ou, mais precisamente, Nísia Floresta Brasileira Augusta.

NÍSIA FLORESTA NÍSIA

Nasceu em Parary, no Rio Grande do Norte, em 12 de outubro de 1810, cuja mãe, Antonia Clara Leite, pertencia a uma tradicional família agrária e o pai, Dionísio Gonçalves Pinto, era advogado português, homem culto e liberal, que chegara ao Brasil no início do século XIX (SCHUMAHER, 2000, p. 451).

Nísia foi iniciada nos estudos clássicos. Com a influência do pai passou a dominar os idiomas francês e italiano. Em razão do seu pai sofrer muitas perseguições dos movimentos antilusitanos, a família vivia constantemente de mudança, passando por Goiana, Recife e Olinda, o que fez com que Nísia tivesse contato com diversas culturas e realidades. Casou-se 32 aos 13 anos, contra a sua vontade, com Manoel Alexandre Seabra, dono de terras. O casamento durou pouco e Nísia voltou a morar com seus pais em Goiana, e, após, em Olinda. Por volta de 1824, após o assassinato de seu pai, Nísia passou a residir com Manoel Augusto de Faria Rocha, jovem acadêmico da Faculdade de Direito de Olinda, uma atitude corajosa à época, pois seu primeiro marido, inconformado com a separação, ameaçava-a constantemente, acusando-a de adultério.

Em 1830, Dionísia começou a publicar seus primeiros artigos abordando a situação feminina, no periódico Espelho das Brasileiras, jornal dedicado às mulheres pernambucanas, do tipógrafo francês Adolphe Emile de Bois Garin, sendo a primeira mulher a publicar em jornais, numa época que a imprensa nacional ainda era muito recente (SCHUMAHER, 2000, p. 451).

Em 1832, publicou sua obra mais conhecida Direito das mulheres e injustiça dos homens, tradução livre da Vindication of the Rights of Woman, de Mary Wollstonecraft, onde adotou, definitivamente, seu nome Nísia Floresta Brasileira Augusta, escolha feita porque "Floresta" era o nome da fazenda onde nasceu; "Brasileira", por seu orgulho nacional; e "Augusta", em homenagem ao seu segundo marido.

A luta por direitos femininos vem influenciada pelos movimentos europeus das chamadas sufragistas. Nísia, aproveitando-se deste momento, denunciava o estado de inferioridade das mulheres, conclamando-as a romperem com os preconceitos que as cercavam.

Em 1837, partiu para a cidade

do Rio de Janeiro, com seus filhos, divulgando no ano seguinte, no Jornal do Commércio, a inauguração do Colégio Augusto, também em homenagem ao seu falecido marido, onde oferecia um projeto educativo para meninas, que combinava o tradicional ensino dos trabalhos manuais com sólidos conhecimentos do português e de línguas estrangeiras, além de noções de geografia.

Em 1840 teve várias publicações, como: Conselhos à minha filha, dedicado à filha Lívia; Daciz ou a jovem completa; Fany ou o modelo das donzelas; Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta Brasileira Augusta; e A lágrima de um Caeté. Em 1849, Nísia deixou a direção do colégio e foi morar na Europa com seus filhos, onde escreveu Dedicação de uma amiga, em 1850. De maio a junho de 1851, publicou uma série de artigos no jornal carioca O Liberal, intitulados A emancipação da mulher, em que ela falava da importância da educação de qualidade para as mulheres.

Voltou ao Brasil, em 1852, e continuou a escrever em jornais, que resultou na obra Opúsculo humanitário, chegando a tratar, de forma discreta, sobre o aleitamento materno, 33 discorrendo sobre o tratamento rude dispensado às amas de leite por seus senhores. Nísia ainda publicou Páginas de uma vida obscura (1852); A mulher (1859); Troisans em Italie, suivis d'un Voyage em Grèce (1870); Le Brésil (1872); e Fragments d'um ouvrageinédit – notes biographiques (1878). Faleceu no dia 24 de abril de 1885, em Normanida, na França, onde foi enterrada. Em 1948, o povoado de Parary mudou o nome para Nísia Floresta, que recebeu, em 1954, seus restos mortais (SCHUMAHER, 2000, p. 452).

Apesar de ser considerada a pioneira dos movimentos femininos, muitos autores criticam a sua ambiguidade ao citar o papel da mulher, que, ao mesmo tempo em que tratava da importância da emancipação feminina, também falava da importância do papel da mulher com o cuidado da casa e da família, o que muitos chamam de "bom feminismo", pois não pretendia alterar a forma das relações sociais.

Contudo, é necessário fazer a análise do papel de Nísia numa sociedade completamente avessa às transformações femininas, o que mostra a sua coragem em tentar alterar determinados atos discriminatórios contra as mulheres, ao discursar sobre a capacidade feminina e seus direitos.

MARIA FIRMINA DOS REIS

Nascida na Ilha de São Luís, no Maranhão (MA), em 11 de março de 1825. Filha de mãe branca e pai negro, prima do escritor maranhense Francisco Sotero dos Reis, por parte de mãe. Exerceu a profissão de professora de letras entre 1847 e 1881, sendo a primeira mulher a ser aprovada em concurso público no Maranhão.

Com seu salário sustentava-se sozinha, o que era mal visto à época. Oito anos antes da Lei Áurea, criou uma escola mista, para meninos e meninas, que durou um pouco menos de três anos, dado o escândalo que causou na cidade de Maçaricó, Guimarães (MA), onde foi fundada.

Em 1859, publicou o romance Úrsula, sendo o primeiro romance escrito por uma mulher. Em 1887, publicou A Escrava, na Revista Maranhense, tratando ativamente da causa abolicionista, de maneira bem resolvida e articulada. Escreveu, ainda, um Hino de Abolição dos Escravos. Morreu, aos 92 anos, cega, em 11 de novembro de 1917, em Guimarães. É a única mulher, ainda, dentre os bustos da Praça do Pantheon, em São Luís, onde homenageiam importantes escritores maranhenses e, tem o seu retrato nos registros oficiais da Câmara de Vereadores de Guimarães. Contudo, infelizmente, tanto seu retrato quanto o seu busto não demonstram a verdadeira figura de Maria Firmina, pois a retratam como uma mulher embranquecida, com nariz fino e cabelos lisos.

LEOLINDA DE FIGUEIREDO DALTRO LEOLINDA DALTRO

Nasceu na Bahia (BA), em meados do século XIX, mudando-se para o Rio de Janeiro, onde desempenhou um papel político importante como precursora do feminismo e em defesa dos índios do Brasil. Em 1896 apresentou seu projeto para percorrer o interior do Brasil e alfabetizar os índios. Em 1910, Leolinda foi diretora da Escola de Ciências, Artes e Profis-

sões, na Tijuca, no Rio de Janeiro (RJ). Passou a dedicar-se totalmente à causa feminina, lutando pela conquista da cidadania plena para as mulheres. Com base na omissão da Constituição de 1891 sobre o voto feminino, Leolinda requereu seu alistamento eleitoral, tendo seu pedido negado.

Fundou, em 1910, o Partido Republicano Feminino (PRF) com o objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto. Em novembro de 1917, o Partido Republicano Feminino promoveu uma marcha pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, em prol do sufrágio feminino, com a participação de cerca de 90 mulheres. Tal movimento alcançou uma grande mobilização da capital federal, dividindo opiniões e criando oportunidade para dar visibilidade à condição feminina no Brasil. Faleceu, em um desastre de automóvel, em maio de 1935.

Josefina Álvares de Azevedo

Uma das pioneiras do feminismo no Brasil, Josefina nasceu em Itaboraí, no Rio de Janeiro (RJ), em 1851. Era meia-irmã do poeta Manoel Álvares de Azevedo, por parte de pai. Em 1888, fundou, na cidade de São Paulo, o jornal A Família, dedicado à educação de mães, como forma de construir a emancipação da mulher, na tentativa de mudança da mentalidade das mães. Logo após, o jornal foi transferido para a cidade do Rio de Janeiro, conquistando um público maior e contando com a colaboração de importantes ativistas do movimento feminista (SCHUMAHER, 2000, p. 73-74). Com a proclamação da República, o periódico A Família tornou-se um veículo de propaganda para o direito ao voto feminino. Josefina passou a publicar diversos artigos a fim de convencer às mulheres que, sem o exercício do direito de voto, a igualdade prometida não passaria de uma promessa apenas. Em abril de 1890, o ministro do Interior, Cesário Alvim, publicou seu parecer contrário ao pedido de alistamento eleitoral feito no Rio de Janeiro por Isabel de Matos. Josefina, com base nesse parecer, escreveu a peça teatral Voto feminino, que foi encenada durante a Constituinte de 1891, no Recreio Dramático, um dos teatros mais populares do Rio de Janeiro naquela época, onde a autora apresentava duas posições, a favor e contrária às mulheres, esperando transmitir que existiam homens congressistas favoráveis às mudanças sociais.

Sua peça foi publicada em livro e também como folhetim de seu jornal. Voltou a ser reeditada na sua coletânea A mulher moderna: trabalhos de propaganda. Infelizmente não existem relatos sobre o final da vida de Josefina, assim como de muitas mulheres que se levantaram na luta pelos direitos políticos dessa época, sabendo-se, apenas, que faleceu em 2 de setembro de 1913, no Rio de Janeiro.

FRANCISCA PRAGUER FRÓES

Nasceu em 1872, em Cachoeira, na Bahia. Filha de Francisca Barreto Praguer, uma mulher inteligente e educada, que lhe ensinou a lutar por igualdade, por isso ela afirmava que era "feminista por herança" (SCHUMAHER, 2000, p. 245).

Foi uma das primeiras mulheres a se formar em medicina no Brasil, em 1893, na Faculdade de Medicina na Bahia. Casou-se com João Américo Garcez Fróes, tendo 2 filhos, sendo um deles o médico e poeta Heitor Praguer Fróes. Participou ativamente da Federação das Ligas para o Progresso Feminino, na Seção da Bahia, que deu origem à Federação Baiana pelo Progresso Feminino, vinculada à Federação pelo Progresso Feminino (FBPF). Foi também uma grande poeta. Faleceu no Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 1931.

MIRTES DE CAMPOS

Nasceu em Macaé (RJ), em 1875. Estudou no Liceu de Humanidades de Campos (RJ), onde começou a se interessar pelas leis. Enfrentou a sociedade e sua família que não aceitava a ideia de fazer curso superior, porque na época à mulher era destinado o lugar de esposa e mãe, mudando-se para capital federal e cursando a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, bacharelando-se em 1898 (SCHUMAHER, 2000, p. 431-432).

Enfrentou todas as resistências para conseguir o registro de seu diploma na Secretaria da Corte de Apelação do Distrito Federal e sua inscrição no Tribunal da Relação do Estado, principalmente do presidente da Corte, o desembargador José Joaquim Rodrigues. Só conseguiu o direito de

ingressar na Ordem dos Advogados do Brasil em 1906, sendo a primeira mulher a advogar no Brasil.
Ainda em 1906 teve sua primeira atuação no Tribunal de Júri, como advogada de defesa, fato que foi amplamente divulgado pelos jornais da época. Mirtes surpreendeu o juiz e os jurados durante o julgamento, tendo em vista o seu profundo conhecimento do Código Penal, vencendo o promotor, que era considerado imbatível, conseguindo a absolvição do réu. Na década de 1910 foi nomeada inspetora de ensino do Distrito Federal. Engajada nas lutas feministas, aproveitava os diversos congressos jurídicos no Rio de Janeiro nos anos de 1905, 1908 e 1922 para defender seu trabalho sobre a constitucionalidade do voto feminino. Sua tese apresentada foi tão aplaudida que os juristas presentes 37 transformaram em resolução do congresso a favor da concessão do direito de voto para as mulheres brasileiras.

QUINTINA RIBEIRO QUINTINA DINIZ DE OLIVEIRA RIBEIRO

Nasceu em 18 de junho de 1878, em Laranjeiras, Sergipe. Em 1906, iniciou o magistério em Aracajú, onde fundou um educandário feminino, que dirigiu por muitos anos. Em 1912, tornou-se catedrática da pedagogia e psicologia da Escola Normal Rui Barbosa. Também escrevia poesias, mas nunca assumiu a autoria (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 104-105).

Através das feministas sergipanas Cesartina Regis e Maria Rita Soares de Andrade, aproximou-se da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, o que, juntamente com o seu prestígio de educadora, possibilitou a sua eleição em 1934, tornando-se a primeira deputada estadual de Sergipe. Assinou sua posse com uma caneta de ouro. Em 1941, Quintina aposentou-se da Escola Normal, falecendo em 22 de julho de 1942, em Aracaju.

STELLA GUERRA DURVAL

Nasceu em 01 de dezembro de 1879, filha de Simy Anzalak de Carvalho e do almirante José Carlos de Carvalho. Fez parte do grupo das Damas da Cruz Verde, ajudando na fundação da maternidade Pró-Mater, no Rio de Janeiro, de assistência social para mães e crianças, na qual foi tesoureira por quase duas décadas. Foi candidata, junto com Bertha Lutz, a intendente municipal pelo Partido Autonomista, em 14 de outubro de 1934 (SCHUMAHER, 2000, p. 502). Bertha concorria a deputada federal. Ambas foram apoiadas pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Embora Stella não tenha conseguido se eleger, sua candidatura fazia parte de uma estratégia para dar maior visibilidade às causas feministas. Continuou atuando ativamente da FBPF, além da maternidade Pró-Mater, da qual foi presidente perpétua. Faleceu em 02 de fevereiro de 1971. 39 2.1.10 Maria Augusta Generoso Estrela Nascida no Rio de Janeiro (RJ), em 10 de abril de 1880, Maria Augusta Estrela, filha de portugueses, teve educação básica no Colégio Brasileiro. Desejosa de cursar Medicina, como no Brasil não era permitido mulheres cursarem universidade, teve que pedir ao seu pai que lhe enviasse ao exterior para estudar. Como Maria Augusta tinha apenas 16 anos, inicialmente sua matrícula na faculdade New York Medical Collegeand Hospital for Women foi indeferida, pois a idade mínima para ingresso era de 18 anos. Fez nova petição demonstrando os motivos pelos quais deveria ser aceita na faculdade, mesmo não tendo a idade mínima, apresentando-se diante de uma comissão de médicas e alunas. Maria Augusta prestou novos exames de admissão, sendo aprovada com distinção. Assim, foi a primeira mulher a se formar em Medicina, servindo de exemplo para outras mulheres. De volta ao Brasil, dedicou sua carreira a atender mulheres e crianças. Faleceu, no Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1946.

JERÔNIMA DE MESQUITA

Nasceu em 30 de abril de 1880, em Leopoldina (MG), filha da baronesa e do barão do Bonfim. Fez seus estudos secundários na França. Casou-se, por imposição da família, com 17 anos, com seu primo, com quem teve um filho. Separou-se 2 anos após e nunca mais se casou. (SCHUMAHER, 2000, p. 290).

De volta ao Brasil, participou, como assistente social, na associação Damas da Cruz Verde, com a amiga Stella Guerra Durval e sua mãe, a baronesa do Bonfim. Foi fundadora da maternidade Pró-Matre, durante a epidemia da gripe espanhola no Rio de Janeiro, e, em 1920, fundou a Federação de Bandeirantes do

Brasil. Amiga de Bertha Lutz, participou ativamente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), desde a sua fundação, em 1922, nunca deixado de lado seu trabalho em obras assistenciais. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1972.

MARIA EUGÊNIA CELSO CARNEIRO DE MENDONÇA

Nascida em São João Del Rei (MG), em 19 de abril de 1886, filha de Eugênia Bastista de Castro e do historiador Afonso Celso. Ainda criança, mudou-se para Petrópolis (RJ), onde se casou com Afonso Carneiro de Mendonça, alto funcionário do Ministério da Fazenda (SCHUMAHER, 2000, p. 389-390).

Em 1918, publicou o seu primeiro livro, Em pleno sonho, uma reunião de poemas de amor. Teve um filho, Vicente Afonso, que faleceu ainda criança. Com isso, Maria Eugênia escreveu o livro Vicentinho, que foi publicado, em 1924, por Monteiro Lobato. Teve uma filha chamada Maria Vitória. Na década de 1920, passou a atuar na imprensa carioca, com uma coluna no Jornal do Brasil e publicou versos em francês na revista Fon-fon e na Revista da Semana, sob o pseudônimo de Baby-Flirt. Trabalhou, ainda, nas redes de rádio Nacional, Sociedade e Jornal do Brasil, onde fazia o programa Quartos de hora literários. Participou do Damas da Cruz Verde, sendo uma das responsáveis pela fundação da maternidade Pró-Matre, no Rio de Janeiro, durante a gripe espanhola. Pertencia à Federação Brasileiro pelo Progresso Feminino (FBPF), ocupando a vice-presidência na década de 1930. Em julho de 1931 foi nomeada pelo governo brasileiro representante oficial do país na II Congresso Internacional Feminista, promovido pela FBPF, que, logo após, se engajou para a conquista do sufrágio feminino, redigindo documento que foi enviado ao chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, que em 1932, atendendo a reivindicação das mulheres, editou o Código Eleitoral de 1932, incluindo as mulheres como votantes, ainda que com limitações. Em 1933, a FBPF enviou petição ao Tribunal Eleitoral do Distrito Federal, solicitando que fosse instalado um posto de alistamento e voto na sede da entidade, sendo autorizado.

Assim, a FBPF se empenhou em conscientizar as mulheres da importância de tirarem seus títulos de eleitoras e de votar na sede da entidade, para garantir a lisura do processo eleitoral. Logo após as eleições de 1993, Maria Eugênia se afastou da administração da Federação, por motivo de saúde, mas manteve atividades na entidade. Foi autora da letra do hino da FBPF e da Escola de Enfermagem Ana Néri, que era um espaço de formação profissional para as mulheres brasileiras, criado em 1910. Maria Eugênia escreveu diversos livros de poemas. Não se sabe ao certo a data de sua morte.

MARIA LACERDA DE MOURA

Nasceu em Manhaçu, cidade de Minas Gerais (MG), em 16 de maio de 1887. Maria Lacerda de Moura formou-se em professora na Escola Normal de Barbacena. Em 1912, começou a publicar crônicas em jornal local, na busca de mobilizar as pessoas sobre a importância da alfabetização e da reforma educacional.

Em 1918 publicou sem primeiro livro Em torno da educação, em que juntava suas crônicas e conferências realizadas na cidade. Em 1931, mudou-se para São Paulo onde teve seu primeiro contato com movimento feminino e o movimento operário da época. Presidiu a Federação Internacional Feminina, colaborando na luta com a feminista Bertha Lutz. Em 1922 saiu de todos os movimentos de sufrágio feminino, pois entendia que a luta pelo direito de voto era apenas uma parcela das necessidades femininas. Colaborou intensamente com a imprensa operária e progressista e, em 1923, lançou a revista Renascença. Em 1926, publicou seu livro mais comentado, Religião do amor e da belleza, tentando conscientizar as mulheres de sua situação e os caminhos que deviam trilhar para alcançarem uma efetiva participação social, assumindo uma posição anticlerical radical ao tratar sobre a condição feminina, atribuindo ao clero católico grande poder junto às famílias e, mais precisamente, sobre às mulheres e às escolas. Entre 1928 e 1937 publicou, semanalmente, no jornal O Combate de São Paulo, levantando polêmica de repercussão com a imprensa fascista local, sendo período de maior produção e atuação. Faleceu em 1945, na cidade do Rio de Janeiro.

Citamos algumas mulheres e suas historia para até mesmo homenageá-las e preservar sua memória e luta essas trajetórias constatamos que são mulheres, a frente de seu tempo, corajosas que se levantaram e lutaram pela quebra de paradigmas impostos pela sociedade patriarcal.

Essa luta serve de inspiração e influência para que muitas mulheres, ainda hoje, lutem pelo reconhecimento de direitos, seja na criação destes ou no respeito e cumprimento daqueles já legislados. Verificamos, ao longo desta seção, que muitas mulheres audaciosas se levantaram, não apenas pela luta pelos direitos civis e políticos, além de outros direitos que lhes eram negados, dentre eles, uma educação de qualidade, não diferenciada da que era dada aos homens, não preparando a mulher apenas para ser uma boa mãe ou boa dona de casa, mas que lhe desse a oportunidade de ingressar também na vida pública e civil

CONCLUSÃO

A luta pelo direito de votar e serem votadas foi, aos poucos, sendo vista como o centro das reivindicações das mulheres, deixando de ser considerado apenas o símbolo da desigualdade entre os sexos. Não sabemos ao certo quantas mulheres solicitaram o reconhecimento de seus direitos. A pesquisa tentou organizar, em um único estudo, aquelas que deixaram uma marca de sua luta histórica de 1830 a 1934, evidenciada em livros e jornais, o que mostra que a luta pelo direito político era um desejo já presente nas mulheres do século XIX.

A luta pelo direito de votar e serem votadas foi, aos poucos, sendo vista como o centro das reivindicações das mulheres, deixando de ser considerado apenas o símbolo da desigualdade entre os sexos. Não sabemos ao certo quantas mulheres solicitaram o reconhecimento de seus direitos. A pesquisa tentou organizar, em um único estudo, aquelas que deixaram uma marca de sua luta histórica de 1830 a 1934, evidenciada em livros e jornais, o que mostra que a luta pelo direito político era um desejo já presente nas mulheres do século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo direito ao voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline: O que é feminismo. São Paulo: Brasiliense, 1985. Coleção Primeiros Passos. v. 20.

BARRANCOS, Dara; ARCHENTI, Nélida. Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual. In: BLAY, Eva Alterman. AVELAR, Lúcia (Orgs). 50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Edusp, 2017. BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 2. v. BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. Mulheres de ontem? Rio de Janeiro: Século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

BLAY, Eva Alterman. AVELAR, Lúcia (Orgs). 50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Edusp, 2017. BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, Bruna;

CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza (Org.). Perspectivas antropológicas da mulher. 4, ed. São Paulo: Zahar Editores, 1985.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Coleção Educadores. FARIAS, Francisco Ramos de (org.). Apontamentos em memória social. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

FOUCAULT, Michel: Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: ANPOCS, Paz e Terra, 1993. HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937). Tradução Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAHNER, June E. Emancipação do Sexo Feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Mulheres, Santa Cruz: EDUNISC, 2003.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução Laurent Léon Schaffter. Paris: Pres-

ses Universitaires de France, 1968. São Paulo: Vértice, 1990.
HIRIGOYEN, Marie-France. A violência no casal: da coação psicológica à agressão física. Maria Helena Kuhner (trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
LEITE, Míriam Moreira. Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984. b
LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. Luíza Sellera (trad.). São Paulo: Cultrix, 2019.
LEVY, Sofia Débora: Por dentro do trauma: a perversidade no Holocausto e na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. O voto feminino no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. MELO, Hildete Pereira de e THOMÉ, Débora. Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
NAZÁRIO, Diva Nolf. Voto feminino e feminismo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2209. OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Elogio da diferença: o feminismo emergente. São Paulo: Brasiliense, 1999.